

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Foram convocadas sessões deliberativas da Câmara para os dias 29/03 (terça-feira, 13h55), 30/03 (quarta-feira, 13h55) e 31/03 (quinta-feira, 9h).

- Dentre os Projetos de Lei previstos para apreciação, destacamos o PL 5516/2020, proposto pelas dep. Soraya Manato (União-ES) e Bia Kicis (União-DF), que dispõe sobre a identificação de produtos alimentícios artesanais de origem vegetal. A relatora é a dep. Aline Sleutjes (União-PR). O PL objetiva *assegurar a genuinidade e a qualidade dos produtos alimentícios artesanais*. O problema é que o substitutivo apresentado se restringe à troca do termo “ingredientes industrializados” por “aditivo alimentar”, confundindo, assim, o que seriam produtos alimentícios artesanais com produtos industrializados.

## SENADO FEDERAL

- No Plenário do Senado haverá votação de diversas matérias. Nenhuma, contudo, ligada diretamente aos temas pertinentes ao nosso acompanhamento.

## OUTROS INFORMES

### Pacheco se reúne com ex-ministros do Meio Ambiente

No dia 24/03, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reuniu-se com os ex-ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, Izabella Teixeira, Sarney Filho e José Carlos Carvalho. Eles integram um fórum que busca influir em debates no Congresso Nacional sobre temas sensíveis como a mineração em terras indígenas (PL 191/2020), o licenciamento ambiental (PL 2159/2021) e a regularização fundiária (PLs 2633/2020 e 510/2021). Para Pacheco, o maior desafio é *conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental*.

### GT do semipresidencialismo de olho na sociedade

Os deputados que fazem parte do grupo de trabalho que vai analisar a adoção do semipresidencialismo no Brasil manifestaram preocupação com a necessidade de envolver a sociedade no debate para desmistificar o tema. O coordenador do grupo, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), tem defendido uma proposta que começaria a valer para as eleições de 2030. Contudo, ainda *não existe um texto oficial da proposta*, o que, teoricamente, deve ser produzido por esse mesmo GT.

### Lira propõe ampliar discussão sobre terras indígenas para debater um novo Código da Mineração

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), vai propor que o *grupo de trabalho sobre regulamentação de atividades de mineração em terras indígenas seja ampliado para analisar um novo Código da Mineração no Brasil*. Lira afirmou que o tema precisa ser

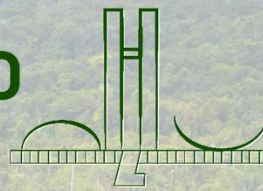
debatido pelo Parlamento e lembrou que, no final do ano passado, o grupo criado para elaborar o projeto do novo código não teve sucesso. Na semana passada, o presidente afirmou que um acordo permitiu a aprovação do regime de urgência para o projeto de mineração em terras indígenas pelo Plenário, desde que fosse criado um grupo de trabalho para discutir o assunto. A ideia era aprovar o texto na primeira quinzena de abril, mas Lira avalia que esse planejamento está atrasado.

### Governo anuncia novos projetos

O presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou na última sexta-feira (25) o envio ao Congresso de uma série de *projetos de lei na área de segurança pública*. Entre as propostas está o chamado *excludente de ilicitude* (PL 733/2022), que abranda penas a agentes de segurança pública que cometem excessos em confrontos. Outra proposta (732/2022) altera a Lei sobre as Organizações Criminosas para *punir com mais rigor crimes praticados por quadrilhas que cercam cidades para promover ações do “Novo Cangaço”*. Uma terceira proposta apresentada tange a *Lei Antiterrorismo* (PL 731/2022) para incluir “o emprego premeditado de ações violentas que geram risco à população, com fins ideológicos e políticos, que atentem contra o patrimônio público ou privado”, como ato de terrorismo. Estão excluídas, conforme o texto, condutas individuais ou coletivas, de caráter pacífico, de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, religiosos, entre outros.

### Em sessão histórica, STF julgará 7 ações que pedem enfrentamento às mudanças climáticas

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, agendou para o dia 30 de março uma sessão para julgar sete ações relacionadas à *proteção do meio ambiente e ao enfrentamento às mudanças climáticas*. As ações contestam o desmonte das políticas socioambientais no país e questionam se as medidas de enfraquecimento ambiental executadas pelo governo nos últimos três anos violam o direito constitucional ao meio ambiente (Artigo 225). Entre as ações do “Pacote Verde” – como está sendo chamado o julgamento da Corte – será julgada a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760, uma das mais importantes ações socioambientais apresentadas no Supremo, para exigir a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). A ADPF 760 apresentou um extenso levantamento de dados e análises sobre a destruição da floresta e a desestruturação de políticas ambientais promovidas pelo governo Bolsonaro. A ação foi concebida por uma coalizão de dez organizações ambientais e de direitos humanos.



### **Confira a seguir um resumo das ações do “Pacote Verde”:**

1. ADPF 760: pede a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia;
2. ADPF 735: questiona decreto presidencial que retira a autonomia do Ibama na fiscalização de crimes ambientais e a transfere para as Forças Armadas pela Operação Verde Brasil;
3. ADPF 651: pede inconstitucionalidade de decreto que excluiu a sociedade civil do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente;
4. ADO (Ação Direta de inconstitucionalidade por Omissão) 54: acusa o governo federal de omissão no combate ao desmatamento;
5. ADO 59: pede a reativação do Fundo Amazônia, o repasse de recursos financeiros de projetos já aprovados e a avaliação dos projetos em fase de consulta;
6. ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 6148: questiona resolução do Conama que estabelece padrões de qualidade do ar, sem estabelecer prazos para a mudança;
7. ADI 6808: contesta medida provisória que permite licença ambiental automática para empresas consideradas de grau de risco médio e impede que órgãos de licenciamento solicitem informações adicionais, além das informadas à Redesim (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios)

### **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828**

O ministro do STF, Luís Roberto Barroso, estendeu até 31 de março de 2022 as regras que suspendem os despejos e as desocupações, tanto de imóveis em áreas urbanas quanto de áreas rurais, por conta da crise sanitária. Devido à proximidade da data final, os partidos políticos e as entidades da sociedade civil – inclusive a CPT, conjuntamente a Dom Walmor, presidente da CNBB – fizeram um novo *pedido de prorrogação da suspensão*, argumentando que a pandemia continua com seus efeitos. Caso não haja prorrogação, milhares de famílias poderão ser despejadas de suas moradias. Diversas organizações e movimentos populares se reúnem, hoje (29/03), com o ministro Barroso para dialogar sobre a questão.